- XXIX -

POLÍTICA PÚBLICA DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS NA IMPLANTAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA-PNAIC DO ESTADO DE ALAGOAS

Maria Jeane Bomfim Ramos¹
jeanebsilva2014@gmail.com
Universidade Federal de Alagoas-Brasil

Introdução

O texto traz uma análise da implantação da política pública de Alfabetização, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC, no que se refere aos desafios no desenvolvimento da formação continuada de professores alfabetizadores, principal eixo do programa.

A partir das discussões contidas nas determinações da Portaria do Ministério da Educação, nº. 867/2012 e das contribuições dos pesquisadores: Mortatti (2010); Freire (1987); Gatti (2009); Oliveira (2014) dentre outros, situa o leitor diante dos desafios da implantação do eixo, formação continuada de professores alfabetizadores.

Desenvolvimento

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC foi instituído pelo Ministério da Educação no ano de 2012, por meio da Portaria 867, com objetivo de alfabetizar todas as crianças de 6 a 8 anos de idade matriculadas ciclo inicial de alfabetização das redes públicas de ensino de todo país. Trata-se de um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

O processo de formação continuada do programa se destinou, inicialmente, aos orientadores de estudo - professores das redes públicas de ensino - com um curso específico de 200 horas de duração por ano, ministrado por universidades públicas. Após o supracitado momento, os orientadores de estudos tornaram-se responsáveis pela condução do curso presencial de 2 anos para os professores

¹ Maria Jeane Bomfim Ramos, aluna do curso de doutorado em Educação pelo Programa de Pós-graduação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação (GEPE).

Orientadora: Professora Dr^a. Elione Maria Nogueira Diógenes, líder do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação (GEPE). jeanebsilva2014@gmail.com

alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano. Os encontros realizavam-se nos municípios de atuação profissional de professores alfabetizadores e orientadores de estudo.

A conjuntura atual da profissão é objeto de muitas discussões devido às mudanças na educação. De acordo com Oliveira (2004, p. 1132). O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação.

Nesse sentido, o governo federal instituiu a política pública de alfabetização com investimento na formação continuada de professores, a partir do processo de articulação entre teoria e prática com o objetivo de minimizar a reprodução de modelos que não atendem as especificidades do ciclo de alfabetização.

No entanto, a contratação temporária de professores por parte dos municípios prejudicou a formação continuada de professores alfabetizadores. A prática é recorrente nos últimos tempos, sobretudo, em locais cujas vagas para professores se configuram em barganhas partidárias. A situação é complexa como aponta o coordenador geral do PNAIC: “mudança no número de professores dentro dos municípios, são os professores contratados temporários, então a rotatividade desse público significa, que dou dois três anos de formação, mudou o prefeito, então muda toda a equipe de contratados”. Logo, a inexistência de docentes selecionados via concurso público implica na formação continuada de professores, o que gera descontinuidades permanentes no processo de formação continuada de professores alfabetizadores que atuam nos ciclo inicial de alfabetização dos municípios. Nesse sentido, a rotatividade dos profissionais se configura em impedimento ao desenvolvimento das ações do programa no que diz respeito ao eixo formação continuada de professores alfabetizadores.

De acordo com Gatti (2009, p. 2000), “a ideia de formação continuada como aprimoramento profissional foi se deslocando também para uma concepção de formação compensatória destinada a preencher lacunas da formação inicial.” Esta é uma das razões pelas quais o poder público busca investir na formação continuada de professores no sentido de superar as lacunas.

Ao assumirem o compromisso com o PNAIC, os gestores municipais estão ao mesmo tempo, comprometendo-se em viabilizar o processo de formação continuada dos professores alfabetizadores, mas ao permitirem as trocas constantes no quadro de professores temporários inviabilizam, em certa medida, a implantação do programa.

Conclusões

O estudo apontou que as constantes substituições de orientadores de estudos e professores alfabetizadores se tornaram complicadores ao êxito do programa, pois os novos participantes ainda não dominavam a dinâmica do programa em razão da não participação na formação no ano anterior. Os

gestores municipais assumiram compromisso com a implantação e desenvolvimento do programa, mas não priorizaram a formação continuada de professores alfabetizadores.

Referências

BRASIL. **Portaria nº 867**, de 04 de julho de 2012.

BRASIL. **Documento Orientador Pacto 2014**. Coordenação de Formação Continuada de Professores DAGE/SEB/MEC - Janeiro 2014.

GATTI, B. A. (Coord.) e BARETTO, E. S. de S. **Professores do Brasil: Impasses e Desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: **conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados**. Revista Brasileira de Educação, [on line], v. 15, n. 44, p. 329-341, mai./ago., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>>. Acesso em: 13/02/2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização**. Educação e Sociedade, V. 25, Nº 89, 2004. Acesso: 14/02/2018.